Publicações
Interlegis - ILB

Guia de Boas Práticas

AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA NO LEGISLATIVO

SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro

Comissão Diretora - Biênio 2025/2026

Presidente
Senador Davi Alcolumbre

1º Vice-Presidente
Senador Eduardo Gomes

2º Vice-Presidente
Senador Humberto Costa

1ª Secretária
Senadora Daniella Ribeiro

2º Secretário
Senador Confúcio Moura

3ª Secretária
Senadora Ana Paula Lobato

4º Secretário
Senador Laércio Oliveira

1º Suplente
Senador Chico Rodrigues

2º Suplente
Senador Mecias de Jesus

3º Suplente
Senador Styvenson Valentim

4ª Suplente
Senadora Soraya Thronicke

Secretário-Geral da Mesa
Danilo Augusto Barboza de Aguiar

Diretora-Geral
Ilana Trombka

Diretor-Executivo em Exercício
Nilo Bairros

Coordenador Administrativo e Financeiro
Mateus Matoso de Oliveira

Coordenadora de Capacitação, Treinamento e Ensino
Júnia Claudia Gondim Melo

Coordenador de Educação Superior
Fabio Renato da Silva

Coordenadora do Programa Interlegis e Relações Institucionais
Mariana Passos Barboza Moura Bispo

Coordenador de Tecnologia da Informação
João Henrique Gouveia

Chefe de Gabinete
Carlos Eugenio Varella Escosteguy

Guia de Boas Práticas

AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA NO LEGISLATIVO

Interlegis

Instituto Legislativo Brasileiro

SENADO FEDERAL

BRASÍLIA – DF

2025

"Toda e qualquer organização pública deve existir somente em decorrência da necessidade dos seus serviços ou das políticas públicas que implementa. Estruturas de Estado dissociadas dessa realidade, pesadas, caras, lentas e burocráticas não coadunam com os objetivos a que se propõem, nem com os resultados que delas se esperam. (...) O Estado existe para realizar o bem comum".

Tribunal de Contas da União
Referencial Básico de Governança Organizacional (2020)

Texto e revisão:
Christian Caetano de Lima
Danielle Abud Pereira
Francis Lobo Botelho Vilas Monzo
Georgia Maria de Andrade Eufrasio
Geovane Resende Silva
Humberto Mendes Sa Formiga
Iara Silva Bidô
Iasminy Fernandes Silva
Júlia Maria Lopes da Silva
Ludmila Neves Barbosa da Silva
Mariana Passos Barboza Moura Bispo
Nilo Amaro Bairros dos Santos
Renina Sangermano Valejo
Stella Maria Vaz Valadares Chervenski

Edição:
Renina Sangermano Valejo

Diagramação:
Ana Luisa Lopes Ferreira

Apresentação

A Constituição de 1988 consagrou princípios que orientam a atuação de todo o poder público: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Mais do que palavras, esses fundamentos inspiram a construção de um Estado comprometido com o bem comum, um Estado que escuta, presta contas e age com responsabilidade diante da sociedade e do planeta.

É com esse propósito que o Senado Federal apresenta este Guia de Boas Práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) no Legislativo. Acreditamos que cuidar das pessoas, do meio ambiente e da boa governança é parte essencial da missão pública. Cada iniciativa em favor da ética, da inclusão e da responsabilidade social fortalece a confiança entre o Parlamento e a sociedade que ele representa.

Práticas de ASG não são apenas diretrizes administrativas, são escolhas cotidianas que expressam o respeito à cidadã, ao cidadão e ao planeta. Quando transformamos princípios em atitudes, na forma como contratamos, planejamos ou utilizamos recursos, aproximamos a gestão pública do que realmente importa, que é o compromisso de gerar valor para a vida das pessoas.

O Senado Federal compartilha esta iniciativa com a convicção de que a troca de experiências e o aprendizado conjunto tornam o Legislativo mais forte e preparado para os desafios do nosso tempo. Promover sustentabilidade, equidade e integridade é também reafirmar o papel do serviço público como agente de transformação social.

Que esta cartilha inspire cada servidora e servidor a incorporar, em suas rotinas, os valores que dão sentido ao nosso trabalho coletivo: ética, empatia e compromisso com o futuro.

ILANA TROMBKA
Diretora-Geral do Senado Federal

O que é ASG no setor público?

A sigla ASG (Ambiental, Social e Governança) é a tradução de ESG (em inglês: *Environmental, Social and Governance*), e diz respeito a práticas voltadas para os pilares:

- **Ambiental (A):** cuidar do meio ambiente;
- **Social (S):** promover justiça social, diversidade e inclusão;
- **Governança (G):** garantir ética e transparência na gestão pública.

Para o Legislativo Municipal, aplicar esses conceitos significa tornar a gestão da Câmara mais **eficiente, responsável e conectada** com as necessidades reais da população.

Por que isso importa para as Câmaras Municipais?

As Câmaras Municipais desempenham um papel fundamental na consolidação da democracia. São elas que estão mais próximas da população, onde as demandas concretas do território — lugar onde, de fato, a vida acontece — ganham voz e representação.

Ao adotar práticas de ASG, as Câmaras fortalecem a confiança da sociedade, pois aumentam a entrega de valor público ao promover decisões transparentes, participação cidadã efetiva e políticas que atendem com equidade às necessidades da comunidade.

ASG e Agenda 2030

O conceito de ASG está diretamente conectado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), funcionando como um instrumento prático para que instituições públicas e privadas contribuam com a Agenda 2030.

Pilar ASG	Foco
Ambiental	Sustentabilidade ambiental, uso racional de recursos, clima
Social	Direitos humanos, inclusão, saúde, educação, trabalho digno
Governança	Ética, transparência, combate à corrupção, eficiência pública

ODS Relacionados

Além dos 17 ODS globais, o Brasil incorporou três objetivos nacionais complementares:

Como aplicar ASG na sua Câmara?

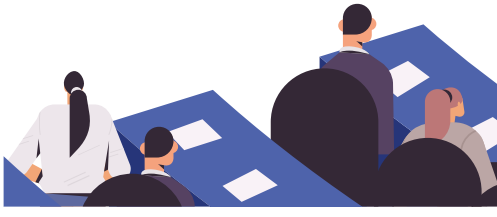
A ideia aqui não é esgotar o tema, mas dar algumas sugestões do que pode ser feito para colocar em prática ações de ASG na sua Casa Legislativa.

1 Comece pela Governança (G)

- [ ] Elabore um Plano Estratégico com metas, indicadores e resultados esperados.
- [ ] Implemente canais de transparência como ouvidoria e portal na internet.
- [ ] Certifique-se que o site atende aos critérios de transparência.
- [ ] Estimule a participação da população nas decisões políticas.
- [ ] Institua uma comissão ou comitê para gestão da ética.
- [ ] Viabilize formação continuada de servidoras, servidores e parlamentares; forme lideranças.

2 Aja na dimensão Social (S)

- [ ] Levante dados do perfil da força de trabalho, incluindo gênero, raça, deficiência e sexualidade.
- [ ] Crie estratégias e dê início a ações inclusivas.
- [ ] Implante políticas de acessibilidade na Casa.
- [ ] Ofereça cursos e rodas de conversa sobre diversidade, equidade e inclusão.
- [ ] Promova ações de comunicação planejadas e integradas.
- [ ] Garanta que a produção legislativa respeite a diversidade, a equidade e a inclusão social.



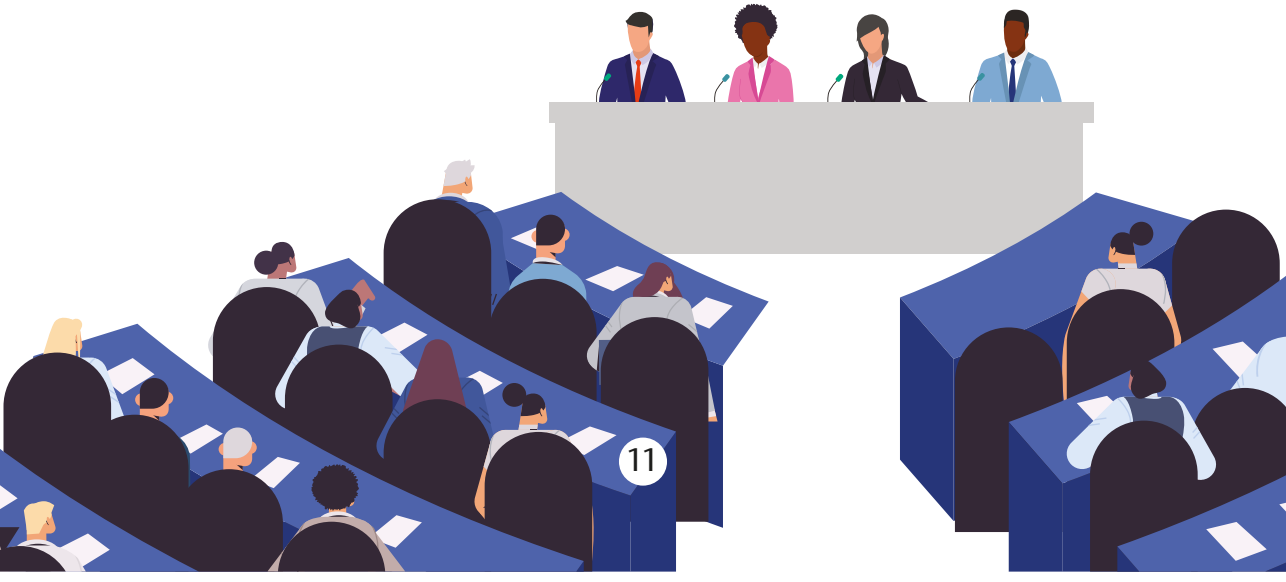
3 Cuide do aspecto Ambiental (A)

- [ ] Monitore e reduza o consumo de água, energia e papel.
- [ ] Avalie adotar energia solar e aproveitar água da chuva.
- [ ] Compartilhe impressoras.
- [ ] Incentive a implementação de coleta seletiva e reciclagem.
- [ ] Mostre o impacto positivo das medidas para transformar a cultura organizacional.
- [ ] Assegure que a produção legislativa respeite o meio ambiente.

Não sabe por onde começar?

A gente pode te ajudar! O Interlegis oferece uma oficina exatamente sobre isso, chamada Responsabilidade Social, Ambiental e Governança no Poder Legislativo.

Além de compreender melhor os conceitos, os participantes vão aprender a elaborar e executar planos estratégicos de sustentabilidade, acessibilidade institucional e equidade de gênero e raça, adaptados às realidades e às necessidades locais.



Governança

Governança diz respeito à forma como as instituições são **administradas, fiscalizadas e avaliadas.** No setor público, conforme o Tribunal de Contas da União, envolve mecanismos de liderança, estratégia e controle, voltados à condução de políticas públicas e à prestação de serviços à sociedade.

Princípios de Governança:

- **Capacidade de resposta:** eficiência no atendimento das demandas sociais.
- **Integridade e Ética:** conduta responsável, colocando o interesse público e coletivo acima do privado.
- **Transparência:** divulgação ampla e acessível dos atos legislativos, dos processos decisórios, dos usos de recursos públicos e da atuação de vereadoras e vereadores.
- **Prestação de contas e responsabilidade** *(accountability):* obrigação dos agentes públicos de responderem pelo uso de recursos e pelas decisões que tomam.
- **Eficiência e Eficácia:** atuação legislativa que maximize resultados positivos, evitando desperdícios e otimizando os recursos para atender às demandas da população.
- **Equidade:** tratamento justo e inclusivo, com respeito às diferenças; representatividade e igualdade de oportunidades.
- **Participação Social:** garantia de espaços efetivos para que a população opine, acompanhe e contribua com as decisões legislativas, especialmente as que afetam suas vidas.
- **Confiabilidade:** capacidade das instituições de transmitir segurança para a população, reduzindo dúvidas e incertezas sobre o futuro da economia, da sociedade e da política.
- **Melhoria regulatória:** elaboração de leis e normas de forma compreensível, justa e eficiente, com transparência e participação social.

CHECKLIST

POLÍTICA DE GOVERNANÇA

- [ ] Crie uma política de governança para a Câmara, dizendo quem são as pessoas responsáveis por avaliar a situação da Casa.
- [ ] Direcione a atuação, especificando funções e como cada grupo deve trabalhar.
- [ ] Monitore o funcionamento.

Inspire-se:

Acesse a Política de Governança do Senado

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- [ ] Elabore um Plano Estratégico com metas, indicadores e resultados esperados.
- [ ] Use ferramentas de diagnóstico e defina objetivos mensuráveis.
- [ ] Recolha dados para conhecer a realidade da Casa.
- [ ] Crie estratégias alinhadas com as metas, estabeleça prazos e designe responsáveis.
- [ ] Envolva todos os setores para colocar o plano em prática e acompanhe os resultados.

Quer ajuda?

O Interlegis oferece uma oficina de Planejamento Estratégico pensada especialmente para o legislativo municipal. Acesse o QR e solicite a oficina.

CANAIS DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

- [ ] Faça um diagnóstico da situação atual e verifique o que já existe e o que falta em termos de transparência na Câmara.
- [ ] Planeje os canais, definindo quais serão criados (ouvidoria, portal etc.) e como funcionarão.
- [ ] Defina recursos e garanta orçamento, equipe e tecnologia necessários para manter os canais.
- [ ] Monte a ouvidoria com equipe treinada e alimente o portal com informações acessíveis e atualizadas.
- [ ] Disponibilize dados em formato aberto.
- [ ] Divulgue para a população, informe a comunidade sobre os canais e como usá-los.
- [ ] Escute com atenção e respeito o que a população tem a dizer.
- [ ] Receba e responda às demandas com presteza, cordialidade, objetividade e clareza.
- [ ] Monitore! Acompanhe o funcionamento dos canais para fazer ajustes e aumentar a eficiência.

Participação social não é formalidade: precisa acontecer na prática, de modo permanente e ativo.

Exemplos de mecanismos de participação popular:

- audiências públicas;
- plenárias nos bairros;
- ouvidoria;
- consultas e enquetes pela internet;
- conselhos com participação cidadã;
- e-mail, telefone e/ou plataformas
- online para sugestões e reclamações.

Como montar uma Ouvidoria

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Facilite o acesso da população a informações públicas e atualizadas sobre o trabalho da Câmara e de parlamentares, o uso do dinheiro público, a organização institucional e as decisões tomadas. A comunicação deve ser transparente e fácil de entender. Isso permite que a sociedade acompanhe e fiscalize o que acontece no legislativo municipal.

Informações acessíveis de fato!

Quando falamos de dados abertos, relatórios fiscais e portais de prestação de contas, é essencial que esses conteúdos sejam adaptados para atender às necessidades de pessoas com deficiências visuais, auditivas, motoras ou cognitivas, conforme as diretrizes da WCAG (*Web Content Accessibility Guidelines*).

Será que o site da sua Câmara atende a todos os requisitos de transparência? Conheça o Portal Modelo e o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), dois produtos desenvolvidos e oferecidos **gratuitamente pelo Interlegis.**

Portal Modelo

É um site desenvolvido em software livre, feito especialmente pelo Interlegis para as Casas Legislativas. Oferece autonomia para adaptar o site às necessidades da Câmara e atualizar o conteúdo de forma simples e intuitiva. E tem mais: cumpre as exigências de acesso à informação e de transparência.

A Casa ainda pode hospedar o site gratuitamente e de forma segura no datacenter do Senado, sem custos extras.

Também está à disposição de câmaras e assembleias o domínio .leg.br, que reforça a identidade do legislativo no ambiente digital e transmite confiança e credibilidade.

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

O SAPL informatiza todo o processo legislativo, desde a apresentação da proposta até a votação em plenário. Tudo 100% digital, de forma rápida e transparente. Facilita o acompanhamento dos projetos por qualquer pessoa e agiliza o trabalho de parlamentares, servidoras, servidores e jornalistas.

- Elaboração e tramitação de proposições.
- Organização de sessões plenárias.
- Manutenção e compilação da base de leis.
- Consultas sobre mesa diretora, comissões e votações.
- Acompanhamento da produção legislativa pela população.
- Painel eletrônico para votação no Plenário.

É fácil de usar?

Sim, o sistema é simples e intuitivo. Mas cada realidade é uma realidade. Especialistas do Interlegis vão até a Câmara para treinar servidoras, servidores e parlamentares a usarem melhor as ferramentas.

Com o Portal Modelo e SAPL, a Câmara:

- ☑ Fica mais **eficiente** e **organizada**;
- ☑ Economiza **papel e recursos**;
- ☑ Aumenta a **transparência**.

O que são os selos de transparência?

São certificações concedidas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) por meio do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). A Atricon examina o nível de transparência ativa nos sites institucionais dos Três Poderes nos municípios, estados e União.

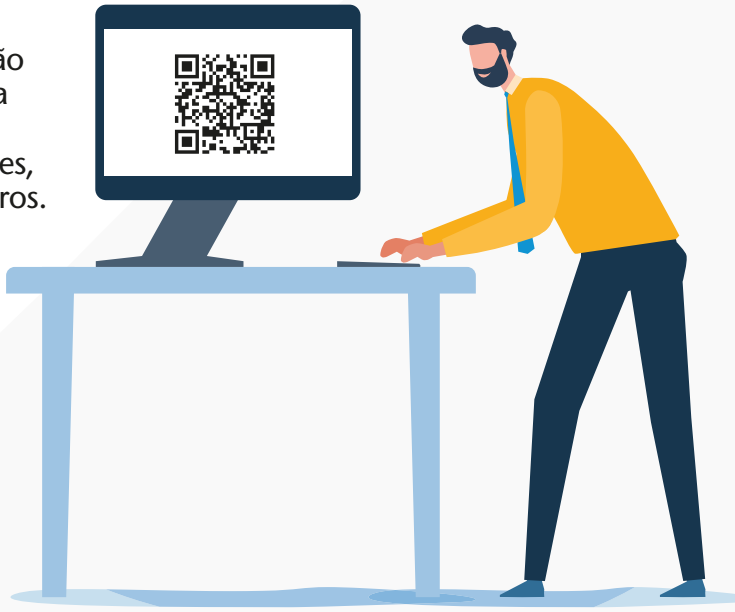
- Diamante: Atendimento de 95% a 100% no nível de transparência
- Ouro: Nível de transparência entre 85% e 94%
- Prata: Nível de transparência entre 75% e 84%

FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS

Promova a capacidade da liderança com formação contínua de servidoras, servidores e parlamentares em processo legislativo, gestão pública, ética e inovação.

O Interlegis oferece treinamentos em todo o Brasil para Casas Legislativas. Esses cursos ajudam a aumentar a transparência, a eficiência e a qualidade do mandato. As Oficinas Interlegis são gratuitas e tratam de questões importantes do dia a dia das Câmaras nas áreas legislativa, administrativa, jurídica e de comunicação.

Na plataforma Saberes, do ILB, tem cursos sobre gestão estratégica, ouvidoria, ética e administração pública, desenvolvimento de equipes, controle interno, entre outros.



Como criar uma escola de governo

No site da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), tem orientações para criar uma escola de governo, exemplos de boas práticas e uma lista das escolas legislativas no Brasil, incluindo uma relação completa das Câmaras Municipais.

Dica

O Referencial Básico de Governança Organizacional, elaborado pelo Tribunal de Contas da União, reúne boas práticas de governança voltadas a organizações públicas e mostra como adotar mecanismos que ajudem a melhorar o desempenho, a responsabilidade e a prestação de contas.

Social

O pilar social abrange a proteção dos **direitos humanos**, a promoção da **acessibilidade** e **inclusão** social, a **equidade** de gênero e raça, e o fortalecimento da **cidadania**.

Aqui reunimos conceitos importantes e exemplos práticos para transformar a cultura institucional.

Diversidade

É reconhecer e valorizar as diferenças entre as pessoas, como gênero, raça/cor e etnia, orientação sexual, religião, idade, deficiência e origem social. Diversidade é respeitar e compreender que cada ser é único e vivencia o mundo de modo diferente.

Equidade

Significa oferecer a cada pessoa o que ela precisa para ter as mesmas oportunidades das demais, reconhecendo que nem todas começam do mesmo lugar ou têm as mesmas condições. Equidade busca corrigir desigualdades históricas e sociais, garantindo que todas e todos possam participar plenamente no ambiente institucional.

Inclusão

É assegurar que todas as pessoas possam participar, se sentir acolhidas, respeitadas, representadas e seguras. Mais do que estar presente, é importante garantir que ninguém tenha medo de ser quem é ou de ser excluído.

Raça

O conceito de raça não se refere a questões biológicas, mas a uma construção social usada para hierarquizar grupos com base na cor da pele e na aparência. O uso do termo foi reapropriado e ressignificado como uma chave de análise teórica para mobilizar, debater e lutar contra as desigualdades raciais.

Gênero

Gênero está relacionado a comportamentos, expectativas e identidades associadas às pessoas com base em como elas são percebidas, geralmente como homens ou mulheres. Diferente do sexo biológico, que é o corpo com que a pessoa nasce, gênero é uma construção social que varia conforme a cultura e o tempo.

Acessibilidade

Acessibilidade vai além da adaptação de espaços físicos. De acordo com a lei, é a possibilidade e a condição para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam usar, de maneira segura e autônoma, espaços, transportes, informações, comunicações e serviços públicos ou privados em áreas urbanas e rurais.

CHECKLIST

PLANO DE ACESSIBILIDADE

- [ ] Criar, monitorar e revisar periodicamente o Plano de Acessibilidade, que é um conjunto de ações para garantir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida sejam efetivamente incluídas e tenham mais autonomia.

Inspire-se:

Desde 2016, um Grupo de Trabalho (GT) do Senado acompanha os resultados, revisa as metas e atualiza o plano. O GT conta com a participação de trabalhadoras e trabalhadores com deficiência ou que tenham dependentes nessas condições.

Exemplos de ações estratégicas:

- [ ] Garanta que a acessibilidade seja parte das decisões institucionais.
- [ ] Monitore e avalie continuamente as ações do Plano.
- [ ] Assegure que pessoas com deficiência participem ativamente das decisões e monitoramento do Plano.
- [ ] Adeque prédios, mobiliários e sinalização para acessibilidade.
- [ ] Torne sistemas, sites e conteúdos digitais acessíveis.
- [ ] Melhore canais de comunicação acessíveis (ex.: Libras, legendas, leitores de tela).
- [ ] Viabilize atendimento inclusivo ao público interno e externo.
- [ ] Amplie a inclusão de servidoras e servidores com deficiência.
- [ ] Impulsione capacitação contínua em acessibilidade.
- [ ] Faça conteúdos institucionais acessíveis em diferentes formatos.

PERFIL DA FORÇA DE TRABALHO DA CASA LEGISLATIVA

1 Constitua um grupo de trabalho (GT) ou comissão temática

- [ ] Inclua servidoras e servidores de diferentes áreas e, se possível, representantes com vivência ou atuação em diversidade.
- [ ] Defina objetivos, prazos e responsabilidades.

2 Levante dados cadastrais da força de trabalho

- [ ] Utilize o banco de dados do setor de Gestão de Pessoas e de outras fontes internas para coletar:

- sexo/gênero (masculino, feminino, transgênero, não binário, outro);
- cor/raça e etnia (IBGE: branca, preta, parda, amarela, indígena);
- vínculo (efetivo, comissionado, terceirizado, estagiário, aprendiz);
- pessoa com deficiência;
- escolaridade;
- tempo de casa;
- cargo/função;
- idade.

Importante:
Respeite a autodeclaração de gênero, raça e nome social. Caso não haja esses campos no cadastro, aplique um questionário opcional para atualização voluntária.

3 Trate e tabule os dados

- [ ] Consolide os dados em planilhas.
- [ ] Analise a distribuição percentual por raça e gênero em diferentes recortes:

  - cargo (chefia e base)
  - vínculo (efetivo e comissionado)
  - escolaridade
  - setores

4 Produza o relatório analítico

O relatório deve conter:

- Diagnóstico visual e descritivo: gráficos, tabelas e análises (ex: 75% dos cargos de chefia são ocupados por homens brancos).
- Comparativos com dados externos (ex: população da cidade).
- Mapeamento de desigualdades internas.
- Correlação com ações já existentes (cursos, seleções, cotas etc.).
- Sugestões de aprimoramento (ex: ações afirmativas).

O que se espera? Um relatório objetivo, baseado em evidências, que revela a composição da força de trabalho da Casa com recorte étnico-racial e de gênero, servindo de base para políticas públicas internas de equidade e inclusão.

5 Planeje e implemente ações com base nos dados

Com o perfil em mãos, a Casa pode:

- Criar programas de capacitação para grupos sub-representados.
- Estabelecer metas internas (ex: paridade de gênero na chefia).
- Criar protocolos de recrutamento inclusivo.
- Garantir formação obrigatória sobre equidade, antirracismo, gênero, diversidade sexual, capacitismo, assédio etc.
- Atualizar e monitorar periodicamente o perfil.

Indicadores: base da tomada de decisão

Desde 2014, o Senado acompanha sistematicamente os dados sobre a força de trabalho da Casa para definir estratégias e planejar ações que promovam diversidade, equidade e inclusão.

Os indicadores de gênero e raça são ferramentas essenciais para compreender, transformar e tornar mais justa a estrutura interna da Casa. Publicado a cada 2 anos, o relatório conecta dados com ações, promovendo equidade de forma estratégica, mensurável e transparente.

Inspire-se:

Plano de Equidade de Gênero e Raça

Como criar a Procuradoria da Mulher

Programa de assistência a mulheres em situação de vulnerabilidade (Cota 2%)

O Senado reserva 2% das vagas em contratos terceirizados (como limpeza, segurança, apoio) a mulheres que sofreram violência doméstica e estão em situação de vulnerabilidade. A regra vale para empresas com 50 ou mais postos de trabalho. O objetivo é dar oportunidade para que essas mulheres alcancem independência financeira e autonomia, fundamental para ajudar a romper o ciclo da violência.

Programa de assistência à mãe nutriz

Criado pelo Senado, o Programa Mãe Nutriz apoia servidoras efetivas e comissionadas que estão amamentando com redução da jornada de trabalho (6 horas por dia ou 30 horas semanais) até o mês em que o bebê completa 2 anos de idade. A Casa também oferece uma sala confortável onde as mães podem amamentar ou retirar leite durante o expediente.

CHECKLIST

COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO

Comunicação e Formação são áreas essenciais para transformar realidades e perpassam todos os eixos de ASG. As atividades podem e devem ser adaptadas para diversos temas. Com objetivos bem definidos, fica mais fácil planejar ações eficazes.

Passo a passo para ações de comunicação

1 Escolha o tema e pesquise

- [ ] Defina o tema: pode ser igualdade de gênero, raça, inclusão, entre outros. Pesquise informações corretas e confiáveis.

2 Defina o tipo de comunicação

- [ ] Decida se o material será para informar, educar, conscientizar ou inspirar mudanças de comportamento.

3 Conheça seu público

- [ ] Descubra quem você quer alcançar (servidores, população, jovens etc.). Use uma linguagem que esse público entenda e escolha os canais certos (mensagens instantâneas, redes sociais, e-mail etc.).

4 Crie um visual atrativo e respeitoso

- [ ] Use imagens e cores que representem a diversidade (tons de pele, corpos, culturas, gêneros). Siga o padrão visual da instituição (logo, cores, fontes).

5 Planeje a divulgação

- [ ] Escolha onde vai divulgar: redes sociais, e-mail, intranet, murais etc. Crie um calendário com as datas de publicação. Escreva um texto de apoio que incentive as pessoas a lerem e compartilharem.

6 Acompanhe os resultados

- [ ] Veja quantas pessoas acessaram o material, se houve comentários ou dúvidas. Aplique uma pesquisa simples para saber se o conteúdo foi compreensível e útil.

7 Dê continuidade

- [ ] Não faça uma ação isolada. Crie conteúdos periódicos, aproveitando datas importantes (ex: março mês das mulheres, junho mês do orgulho LGBTQIA+). A partir disso, você pode organizar palestras, rodas de conversa ou capacitação interna.

Inteligência Artificial na Comunicação Digital

Quer entender como a IA transforma a comunicação institucional e a gestão de conteúdos? O Interlegis tem uma oficina que mostra a servidoras, servidores e parlamentares como usar ferramentas de IA para melhorar a produção de conteúdos digitais, automatizar processos de comunicação e aumentar a eficiência das Casas Legislativas na relação com o público.

Passo a passo para mídias sociais

1 Compreenda a dinâmica da comunicação digital

- [ ] Entenda o público em um cenário de múltiplas telas, atenção fragmentada e consumo personalizado.

2 Produza conteúdos atrativos para diferentes plataformas

- [ ] Crie artes e vídeos curtos, didáticos e visuais.
- [ ] Aplique boas práticas de design e narrativa para cada formato.

3 Planeje campanhas de comunicação digital

- [ ] Elabore estratégias alinhadas ao público, à plataforma e aos objetivos institucionais.

4 Use métricas e dados para decisões estratégicas

- [ ] Monitore e interprete indicadores de desempenho.
- [ ] Transforme dados em melhorias contínuas.

5 Integre novas ferramentas tecnológicas

- [ ] Utilize recursos que otimizem a produção e a gestão dos perfis institucionais.

6 Adote políticas de uso das mídias sociais

- [ ] Estabeleça regras bem definidas e públicas.
- [ ] Garanta atuação republicana, democrática e impessoal.

Dica:

Aprenda a fazer na prática na Oficina de Mídias Sociais do Interlegis!

Inspire-se:

O Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, em parceria com a Secretaria de Comunicação Social, lançou o projeto Racismo em Pauta para enfrentar o preconceito em quatro frentes:

RACISMO EM PAUTA

1. divulgação de entrevistas com colaboradoras negras e colaboradores negros atuantes na Casa;
2. publicação de conteúdos específicos em datas comemorativas;
3. elaboração de artigos na intranet;
4. produção de uma série de cards para mídias sociais com o objetivo de problematizar expressões preconceituosas naturalizadas no dia a dia.

Passo a passo para organizar oficinas e rodas de conversa

1 Defina o objetivo da oficina

- [ ] Escolha o tema (ex: racismo, gênero, deficiência, LGBTQIA+), o público que você quer alcançar e o que espera da atividade.

2 Convide pessoas com experiência

- [ ] Chame facilitadoras e facilitadores que tenham vivência e conhecimento no tema, como educadoras e educadores, ativistas, conselheiras e conselheiros de direitos, entre outros.

3 Escolha o formato e o tempo

- [ ] Planeje uma oficina presencial, online ou híbrida, que dure entre 2 e 4 horas, com espaço para conteúdo, dinâmica e troca de ideias.

4 Organize a estrutura

- [ ] Garanta um local acessível com recursos básicos (projetor, microfone, cadeiras). Se possível, ofereça um *coffee break*.

5 Divulgue a oficina

- [ ] Use redes sociais, e-mails e ofícios, sempre pensando no melhor meio de atingir o seu público. Além da Câmara, mobilize escolas, ONGs e grupos locais para trazer diferentes pontos de vista.

6 Realize a atividade com escuta e respeito

- [ ] Evite palestras longas. Dê espaço para os participantes, promova dinâmicas e estimule o diálogo em um ambiente acolhedor.

7 Avalie e compartilhe

- [ ] Recolha uma avaliação rápida (pode ser um formulário simples), publique fotos e um resumo nas redes da Câmara.

O Senado oferece treinamentos internos sobre diversidade, equidade e inclusão, como o de “Liderança para mulheres negras”. Confira também os cursos na plataforma Saberes, como “Racismo Estrutural e Práticas Antirracistas” e “Dialogando sobre a Lei Maria da Penha”, entre outros.

Parcerias podem ajudar

A **Rede Equidade** reúne instituições públicas que trabalham juntas para compartilhar boas práticas e desenvolver ações focadas em inclusão, equidade e diversidade, especialmente em gênero e raça.

A **Rede de Acessibilidade** é um grupo de órgãos públicos que promove a inclusão de pessoas com deficiência no serviço público e no acesso às instituições.

Ambiental

A sustentabilidade ambiental refere-se ao conjunto de práticas, políticas e responsabilidades incorporadas na gestão pública para preservar e melhorar o **meio ambiente**. Em termos práticos, essa dimensão contribui para o planejamento de ações e monitoramento de dados, tendo em vista a redução dos impactos ambientais das atividades da Câmara e a promoção do **desenvolvimento sustentável** por meio da legislação, fiscalização e do exemplo institucional.

CHECKLIST

Ações Sustentáveis

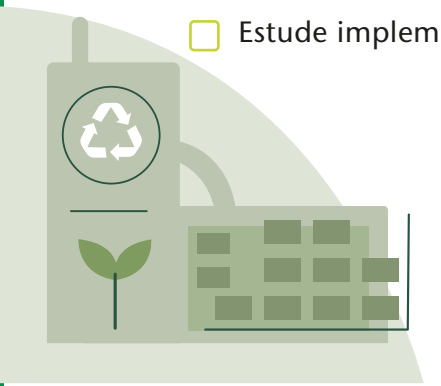
Esse checklist pode ser utilizado como autoavaliação e base para um plano de sustentabilidade da Câmara, ou até para criar um selo verde legislativo local.

1 Gestão de resíduos

- [ ] Disponibilize lixeiras separadas para recicláveis e orgânicos.
- [ ] Implante coleta seletiva (papel, plástico, metal, vidro).
- [ ] Garanta destinação correta para resíduos perigosos.
- [ ] Crie ecopontos de descarte de eletrônicos.
- [ ] Faça compostagem de resíduos orgânicos.
- [ ] Incentive parcerias com cooperativas de reciclagem.
- [ ] Promova campanhas de conscientização sobre descarte correto.

2 Economia de recursos e eficiência energética

- [ ] Adote lâmpadas LED e sensores de presença.
- [ ] Utilize equipamentos com selo de eficiência energética.
- [ ] Monitore e reduza o consumo de água e energia.
- [ ] Use de forma consciente ar-condicionado e eletrônicos.
- [ ] Compartilhe impressoras.
- [ ] Reaproveite água da chuva (se possível).
- [ ] Estude implementar sistema de energia solar fotovoltaica.



3 Transparência e monitoramento

- [ ] Defina indicadores de sustentabilidade e divulgue os resultados.
- [ ] Elabore relatórios anuais com ações e metas ambientais.
- [ ] Mantenha uma página de sustentabilidade no site institucional.

4 Compras e licitações sustentáveis

- [ ] Inclua critérios ambientais nos editais de compras.
- [ ] Priorize fornecedores com responsabilidade ambiental.
- [ ] Exija selos de qualidade ambiental (ex: Procel, FSC, ISO 14001).

5 Educação e cultura institucional

- [ ] Ofereça treinamentos sobre sustentabilidade para a Casa.
- [ ] Realize campanhas internas sobre economia de recursos.
- [ ] Envolva servidoras e servidores em ações práticas, como mutirões.
- [ ] Promova campanhas, a exemplo da Semana do Meio Ambiente, e audiências públicas para envolver a população.

Exemplos simples

Redução do uso de papel

- [ ] Utilize processo legislativo digital (protocolos, projetos, atas).
- [ ] Faça documentos e comunicações internas por meio eletrônico.
- [ ] Incentive o uso de assinatura digital.

Uso racional da água

- [ ] Instale descargas com duplo fluxo e torneiras com temporizador.
- [ ] Garanta manutenção regular para evitar vazamentos.
- [ ] Desenvolva ações educativas sobre economia de água.

Mobilidade sustentável

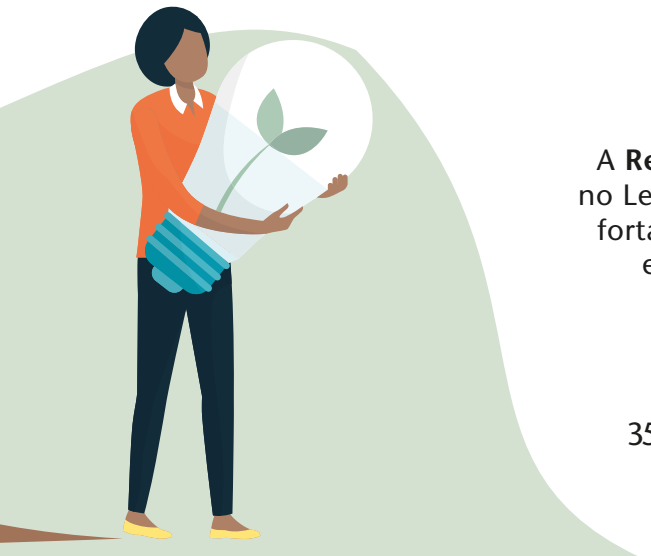
- [ ] Instale bicicletário para servidoras, servidores e visitantes.
- [ ] Estimule o uso de transporte coletivo ou alternativo.
- [ ] Incentive reuniões virtuais para reduzir deslocamentos desnecessários.

Inspire-se:

Conheça o Plano de Gestão de Logística Sustentável e o Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Senado Federal.

Dica:

O Índice de Avaliação de Governança Organizacional (iESGo) é um instrumento de autoavaliação criado pelo TCU para monitorar e incentivar a adoção de práticas sustentáveis na administração pública federal. Vale a pena conferir!



Parcerias podem ajudar

A **Rede Nacional de Sustentabilidade** no Legislativo promove a integração e o fortalecimento de práticas sustentáveis entre os órgãos legislativos do país.

A transformação começa no primeiro passo. Qual será o seu?

Adotar práticas ASG é mais do que uma tendência — é uma necessidade ética e institucional. Quando as Casas Legislativas assumem esse compromisso, ganham eficiência, legitimidade e o respeito da sociedade.

Comece agora, inspire-se no que já deu certo, e faça da sua Câmara um exemplo de governança, justiça social e responsabilidade ambiental.

Produtos e Serviços do Programa Interlegis

Portal Modelo

Site customizável que oferece autonomia para atualizar conteúdo e atende às exigências de acesso à informação e de transparência.

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo - SAPL

Sistema que informatiza todo o processo legislativo, desde a apresentação da proposta até a votação; compila leis; e organiza sessões plenárias.

Oficinas Interlegis

Treinamento presencial ou virtual nas áreas administrativa, jurídica, tecnológica e de comunicação para servidores e parlamentares.

Domínio.leg

Reforça a identidade do Legislativo na internet, diferenciado-o dos outros poderes.

interlegis_

61 3303-3221

interlegis.leg.br

Interlegis

Instituto Legislativo Brasileiro

SENADO FEDERAL